Proc. 51113-137977/2005 - AIIM 8.145.623-2, Placa CDL-2241, Exercício 1999.
Contribuinte: FERNANDO SMOISZ - CPF: 165.831.158-24
Proc. 51113-137617/2005 - AIIM 8.135.350-9, Placa EEC-8484, Exercício 1999.
Contribuinte: a M ENGENHARIA TERRAPLENAGEM LTDA - CNPJ: 04.101.986/0001-47
Proc. 51113-133804/2005 - AIIM 8.140.990-4, Placa CDL-3949, Exercício 1999.
Contribuinte: ADILSON PEREIRA MENDES - CPF: 052.833.208-20
Proc. 51113-133671/2005 - AIIM 8.132.293-8, Placa CCB-4994, Exercício 1999.
Contribuinte: ANTONIA PONCE SERRANO - CPF: 195.225.368-30
Proc. 51113-133655/2005 - AIIM 8.135.854-4, Placa CID-4921, Exercício 1999.
Contribuinte: a M ENGENHARIA TERRAPLENAGEM LTDA - CNPJ: 04.101.986/0001-47
Proc. 51113-133789/2005 - AIIM 8.140.989-9, Placa CDM-3338, Exercício 1999.
Contribuinte: ANTÔNIO JOSÉ PINHEIRO - CPF: 049.044.608-63
Proc. 51113-125125/2005 - AIIM 8.132.136-3, Placa BYO-3333, Exercício 1999.
Contribuinte: AUTO MECANICA SOARES e NENE LTDA - CNPJ: 54.291.083/0001-44
Proc. 51113-147253/2005 - AIIM 8.143.810-2, Placa CMA-8740, Exercício 1999.
Contribuinte: ANGELO BISPO DE LIMA SILVA - CPF: 112.272.908-10
Proc. 51113-133662/2005 - AIIM 8.134.083-7, Placa FOR-1932, Exercício 1999.
Contribuinte: JOSE MANOEL BRAZ - CPF: 056.901.918-41
Proc. 51113-147253/2005 - AIIM 8.132.483-2, Placa BYD-6466, Exercício 1999.
Contribuinte: JOSE SERROU BARBOSA - CPF: 156.508.711-91
Proc. 51113-147770/2005 - AIIM 8.135.176-8, Placa BOS-3626, Exercício 1999.
Contribuinte: IND e COM DE BEBIDAS CAJAMAR LTDA - CNPJ: 48.745.897/0002-90
Proc. 51113-143422/2005 - AIIM 8.143.308-6, Placa BYD-4738, Exercício 1999.
Contribuinte: JOSE HOLANDA GOIS - CPF: 694.546.398-20
Proc. 51113-147876/2005 - AIIM 8.138.845-7, Placa GEE-0303, Exercício 1999.
Contribuinte: JOÃO LUIZ DE C AMARAL MARTINS - CPF: 087.692.298-13
Proc. 51113-147805/2005 - AIIM 8.133.459-0, Placa CAM-0122, Exercício 1999.
Contribuinte: ISIDRO NOBREGA - CPF: 531.264.168-53
Proc. 51113-143584/2005 - AIIM 8.138.060-4, Placa BOH-6521, Exercício 1999.
Contribuinte: ADHEMAR HELENE - CPF: NÃO CONSTA
Proc. 51113-127863/2005 - AIIM 8.142.509-0, Placa CMM-0071, Exercício 1999.
Contribuinte: JOSE MACIEL ROCHA - CPF: 011.787.608-98
Proc. 51113-147270/2005 - AIIM 8.130.664-7, Placa BPI-7994, Exercício 1999.
Contribuinte: ABN AMRO ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A - CNPJ: 34.033.779/0001-63
Proc. 51113-133677/2005 - AIIM 8.141.710-0, Placa CHM-0152, Exercício 1999.
Contribuinte: ALEXANDRE JOSÉ FAUSTINO - CPF: 258.957.238-70
Proc. 51113-133753/2005 - AIIM 8.136.495-7, Placa LAK-2081, Exercício 1999.
Contribuinte: ANDRE CERQUEIRA DA SILVA - CPF: 279.232.548-85
Proc. 51113-133863/2005 - AIIM 8.136.806-9, Placa CAX-5190, Exercício 1999.
Contribuinte: APARECIDO HONORIO DE CASTRO - CPF: 845.968.488-15
Proc. 51113-133653/2005 - AIIM 8.139.440-8, Placa CCD-5783, Exercício 1999.

DELEGACIA REGIONAL TRIBUTÁRIA DE OSASCO

POSTO FISCAL 10 - BARUERI

Notificação

Fica o contribuinte abaixo qualificado, notificado da lavratura do AIIM 3.042.168-8, de 26/01/2006. Assim nos termos da legislação vigente, deverá V. Sª. efetuar o recolhimento do débito reclamado ou apresentar defesa por escrito no prazo de 30 dias, contados a partir da publicação desta notificação, sob pena de julgamento à revelia: prazo estipulado também para o pagamento da multa com 50% de desconto.

O respectivo AIIM encontra-se no Posto Fiscal de Barueri, situado à Rua Campos Sales 110 - Barueri (SP), onde aguardará fluência do prazo e poderá ser examinado por pessoa legalmente habilitada.

Nome: BETEL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Inscrição Estadual 206.093.420.110 - AIIM 3.042.168-8 de 26/01/2006 - ICMS: R\$ 177.124,12 - Juros de Mora: R\$ 154.182,69 - Multa R\$ 267.235,00.

DELEGACIA REGIONAL TRIBUTÁRIA DE PRESIDENTE PRUDENTE

POSTO FISCAL 10 - PRESIDENTE PRUDENTE

Notificação

A interessada abaixo relacionada, fica notificada de que seu pedido de baixa da isenção do IPVA, referente ao veículo Toyota/Corolla, placa CYU-7820, foi deferido pelo Chefe do Posto Fiscal de Presidente Prudente, a partir de 02-01-2006.

Interessada - CNPF - Processo APARECIDA DA CONCEIÇÃO - 969.896.458-49 - 13712-19870/2003

DELEGACIA REGIONAL TRIBUTÁRIA DE RIBEIRÃO PRETO

POSTO FISCAL DE BARRETOS

Notificação

Fica o contribuinte abaixo notificado de que o Chefe deste Posto Fiscal deferiu o pedido de restabelecimento da respectiva inscrição, que foi cassada conforme publicação no D.O. de 24/09/2004, por ter atendido as disposições contidas no Ofício Circular DEAT série “MSF” 002/2002 e Portaria CAT-19/2001.

1-INTERESSADO: CARLOS ALBERTO GOMES REFEIÇÕES - ME - IE 210.049.078.110 - CNPJ 01.716.913/0001-71 - PROTO-COLO Nº 12979-855263/2005 - ENDEREÇO: RUA BENJAMIN CONSTANT Nº 660 - CENTRO - MUNICÍPIO: BEBEDOURO -SP.

Nos termos artigo 11, § 4º, item 3 da Lei 10.941/2001, fica o contribuinte abaixo notificado da lavratura do Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM) a ele referido. A multa poderá ser paga com 50% de desconto dentro do prazo de 30 dias, contados do 5º dia útil posterior à data da publicação deste edital, desde que, simultaneamente, haja o recolhimento integral do imposto com os acréscimos legais, quando houver, podendo, ainda, ser o pagamento parcelado. No mesmo prazo caberá defesa por escrito dirigida à Unidade de Julgamento de Pequenos Débitos de Ribeirão Preto. O não atendimento à presente, na forma e prazo acima, implicará no encaminhamento do AIIM para julgamento à revelia. A defesa deverá ser entregue no Posto Fiscal de Ribeirão Preto, sito na Rua Cerqueira

César, 333 - 1º andar - Centro, na cidade de Ribeirão Preto, repartição na qual o Auto de Infração e Imposição de Multa aguardará prazo nos dias úteis e ficarão à disposição do interessado ou de pessoa legalmente habilitada para vistas e retirada de sua via do AIIM.

Autuado: ADVANCE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA.EPP

Insc. Estadual: 582.445.558.114

AIIM 3.048.233-1

Lavrado em 01/02/2.006

Multa: R\$ 1.344,00

Nos termos artigo 11, § 4º, item 3 da Lei 10.941/2001, fica o contribuinte abaixo notificado da lavratura do Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM) a ele referido. A multa poderá ser paga com 50% de desconto dentro do prazo de 30 dias, contados do 5º dia útil posterior à data da publicação deste edital, desde que, simultaneamente, haja o recolhimento integral do imposto com os acréscimos legais, quando houver, podendo, ainda, ser o pagamento parcelado. No mesmo prazo caberá defesa por escrito dirigida à Unidade de Julgamento de Campinas. O não atendimento à presente, na forma e prazo acima, implicará no encaminhamento do AIIM para julgamento à revelia. A defesa deverá ser entregue no Posto Fiscal de Ribeirão Preto, sito na Rua Cerqueira César, 333 - 1º andar - Centro, na cidade de Ribeirão Preto, repartição na qual o Auto de Infração e Imposição de Multa aguardará prazo nos dias úteis e ficarão à disposição do interessado ou de pessoa legalmente habilitada para vistas e retirada de sua via do AIIM.

Autuado: ADFLEX MÓVEIS P/ESCRITÓRIO LTDA.-ME

Insc. Estadual: 582.469.457.115

POSTO FISCAL DE JABOTICABAL

Notificação

Notificação PF 391.8 037 / 2006.

Contribuinte: SOFISA LEASING S. A. ARRENDAMENTO MERCANTIL.

CNPJ: 00.323.896/0001-40

Logradouro: Rua Benedito Ungareti, 57

CEP: 14750-000 - Município: Pitangueiras/SP

Assunto: AIIM IPVA 8.140.102-4, de 17/12/2004. Processo-13048-252526/05.

1.Tendo em vista a juntada de novos documentos ao processo, notificamos a empresa surpa que fica-lhe reaberto o prazo para vista e retirada de cópias do documentos, se assim o desejar, de 30 dias, a contar do recebimento desta e/ou do 5º dia útil da publicação do edital no Diário Oficial do Estado.

2.Quaisquer outros esclarecimentos deverá procurar o Posto Fiscal de Jaboticabal, no horário das 09 as 16:00 horas.

DELEGACIA REGIONAL TRIBUTÁRIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

POSTO FISCAL 10 SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Notificações

Nos termos do artigo 535, inciso IV do RICMS, Decreto 45.490/00, notificamos o contribuinte abaixo discriminado, de que, em conformidade com o item “4” da diligência da Delegacia Tributária de Julgamento de Bauru-DTJ-3, em relação ao processo abaixo, fica aberto, a contar do 5º. dia útil, após a data da publicação deste, o prazo de 30 dias, para interpor novas razões de defesa, se for de seu interesse.

(Localidade- Contribuinte- IEP - Nº. AIIM - Nº. do processo) Ipiquã - João Justino dos Santos - P-0784.0083.2/000 - 3.034.687-3 - SF.1000326-283769/2005

Nos termos do artigo 535, inciso IV do RICMS, Decreto 45.490/00, notificamos o contribuinte abaixo discriminado, do INDEFERIMENTO do processamento de seu Recurso Especial, proferido pela Presidente do Tribunal de Impostos e Taxas, por não estarem presentes os pressupostos de admissibilidade previstos no artigo 37 da Lei 10.941/01.

(Localidade- Contribuinte- IEP - Nº. AIIM - Nº. do processo) Mendonça - Geraldo Vaccari Tezini - P-0443.0116.8/008 - 3.000.555-3 - SF.1000326-304062/2003

DELEGACIA REGIONAL TRIBUTÁRIA DE SOROCABA

NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO

Notificação

Fica o contribuinte CERÂMICA GIACOMIN LTDA. - EPP, situado na Rodovia Antonio Romano Schincariol, s/n.º, KM 128, Bairro Jurumirim, Tatui - SP, Inscrição Estadual 687.021.010.115, CNPJ 04.603.450/0001-20, autuado por infração à legislação tributária do ICMS (RICMS/2000 - Decreto 45.490/2000), notificado a pagar o Crédito Tributário, como segue: Multa no valor de R\$ 670.162,00; no Valor Total de R\$ 670.162,00, referente ao Auto de Infração e Imposição de Multa 3.045.927-8, de 26/12/2005, ou apresentar defesa por escrito, dentro do prazo de 30 dias, contados a partir do quinto dia útil posterior a data da publicação deste Edital. A multa poderá ser paga com desconto de 50%, se dentro do prazo estabelecido e observadas as demais condições do RICMS/2000. A defesa deverá ser entregue no Posto Fiscal de Itapetininga, situado na Rua José Pedro Strasburg Jr., 380, Jardim Itália, Itapetininga - SP, nos dias úteis, no horário das 09:00 às 16:00 horas. Findo o prazo, sem pagamento ou apresentação de defesa, o AIIM será remetido à Unidade de Julgamento de Pequenos Débitos de Sorocaba, integrante da Delegacia Tributária de Julgamento de Campinas (DTJ 2 - UJPD 2/4 - Sorocaba), para julgamento.

POSTO FISCAL DE ITAPETININGA

Comunicado

Restabelecimento de Inscrição Estadual Cassada - Tendo em vista os documentos apresentados pelos interessados, e demais informações prestadas, ficam restabelecidas as Inscrições Estaduais, a partir da data da cassação, dos contribuintes abaixo relacionados:

1) Aucione Aparecida de Freitas Boutik - ME: IE: 251.015.220.118; CNPJ: 71.612.493/0001-69; Endereço: Rua Floriano Peixoto, 648, Centro, Capão Bonito - SP.

2) Locadora de Veículos Transfrete Ltda. - ME: IE: 171.075.876.110; CNPJ: 04.823.818/0001-65; Endereço: Rua Tenente José Marco de Albuquerque, 434, Centro, Angatuba - SP.

DELEGACIA REGIONAL TRIBUTÁRIA DO PARAIBA

POSTO FISCAL 10 - TAUBATÉ

Notificações

28/2006 - Contribuinte: JEREMIAS COTRIN ME- CNPJ. 04.851.082/0001-39

Endereço: RUA MARTIN LUTHER KING, 60- P. STO ANTONIO-MUNICÍPIO: TAUBATÉ - SP

Insc.Est: Não Inscrito

1. Comunicamos a V. S.a(s), que a unidade de julgamento de pequenos débitos-UJPD/2-3- Taubaté, no processo 1000219-660730/2005, em seu nome, relativo ao auto de infração e imposição de multa 3.042.630-3 DE 23/09/2005, proferiu a seguinte decisão: julgo procedente a ação fiscal por infringência: (Item I.1) artigos 125, inciso IV e 136, inciso I alínea “a” ; (Item I-2) artigo 125, inciso I, e, (Item II-3) artigo 19, todos do RICMS/00 (aprovado pelo Decreto 45.490/00), e, mantenho a multa no valor de R\$ 15.364,00, aplicada com base no artigo 527 (Item I.1), inciso IV, alínea “a”, c.c. os §§ 2º e 10; (Item I-2) inciso IV, alínea “a”, c.c.os §§ 1º e 10, e, (Item II-3) inciso VI,

alínea “a”, c.c §§ 8º e 10, do mesmo RICMS/00 retro mencionado, sem prejuízo do recolhimento do imposto devido no valor de R\$ 5.335,20.

2.Contra a decisão supra cabe recurso voluntário, ao Delegado Tributário de Julgamento-DTJ-2- Campinas, no prazo de 30 dias contados do 5º dia útil posterior ao da publicação.

3.No mesmo prazo, a multa poderá ser paga com desconto de 35% (desde que o imposto seja também, recolhido no mesmo ato), requerer o parcelamento do débito, nos termos da legislação em vigor.

4.Decorrido o prazo acima, o débito será inscrito na dívida ativa.

5.O processo aguardará prazo no Posto Fiscal de Taubaté - Rua Carneiro de Souza, 99- centro Taubaté-SP.

6.A GARE-ICMS, para fins de liquidação deverá ser retirada no Posto Fiscal de Taubaté no endereço supra.

23/2006 - Contribuinte: W. F. PATRIK DE SOUZA BOX MERAUA DA CONSTITUIÇÃO, 221 - VILA DAS GRAÇAS - Taubaté-SP-Inscrição Estadual: 688.242.446.119-CNPJ: 06.225.757/0001-60 -Assunto: AIIM 3.043.852-4 DE 17/10/2005.

1. Comunicamos a V. S.a(s), que a Unidade de Julgamento de Pequenos Débitos (DTJ-2-3-UJPD) -Taubaté no processo SF 1000214-773317/2005, em seu nome, relativo ao auto de infração e imposição de multa n.º 3.043.852-4 DE 17/10/2005, proferiu a seguinte decisão assim resumida:

“ Julgo procedente a acusação fiscal por infringência ao artigo 27 do RICMS/00 (Dec. 45.490/00), e mantenho a multa no valor de R\$ 68,00, aplicada com base no artigo 527, inciso VI, alínea “d”, c.c. os § 10, do referido diploma legal.

2.Contra a decisão supra cabe recurso voluntário, ao Delegado Tributário de Julgamento-DTJ-2- CAMPINAS, no prazo de 30 dias contados do 5º dia útil posterior ao da publicação.

3.No mesmo prazo, a multa poderá ser paga com desconto de 35% (desde que o imposto seja também, recolhido no mesmo ato), requerer o parcelamento do débito, nos termos da legislação em vigor.

4.Decorrido o prazo acima, o débito será inscrito na dívida ativa.

5.O processo aguardará prazo no Posto Fiscal de Taubaté - Rua Carneiro de Souza, 99- centro Taubaté-SP.

6.A GARE-ICMS, para fins de liquidação deverá ser retirada no Posto Fiscal de Taubaté no endereço supra.

COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Portaria CAF/G-3, de 1-2-2006

O Coordenador da Administração Financeira resolve:
Artigo 1º - Os vencimentos, salários e proventos dos funcionários, servidores ativos e inativos do Poder Executivo, referentes ao mês de janeiro/2006 cujo processamento está afeto ao Departamento de Despesa de Pessoal do Estado - DDPE estarão disponíveis na rede bancária obedecendo a seguinte escala:
Dia 06/02/2006 - Celetistas.
Dia 07/02/2006 - Órgãos subordinados ao Gabinete do Governador, Secretarias de Estado e Pensões Especiais.

Artigo 2º - O Departamento de Finanças do Estado - DFE transferirá os recursos financeiros às Fundações e Autarquias Estaduais, na conformidade do disposto no artigo anterior.

Artigo 3º - Os créditos às entidades consignatárias, no âmbito do Poder Executivo e Autarquias, serão efetuados no dia 07/02/2006.

Artigo 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Despachos do Superintendente, de 2-2-2006

Ratificando:

com fundamento no artigo 26 da Lei Federal 8.666/93, e suas alterações, o despacho do Senhor Chefe de Gabinete, que declarou a inexistibilidade de licitação para a assinatura das revistas Lex Estadual e Lex Federal, para o período de janeiro a dezembro de 2006, pela empresa Lex Editora S.A., com fundamento no artigo 25, inciso I da supracitada Lei. (proc. IP. 2721/2006).

com fundamento no artigo 26 da Lei Federal 8.666/93, e suas alterações, o despacho do Senhor Chefe de Gabinete, que declarou a inexistibilidade de licitação para a assinatura da Revista dos Tribunais, para o período de janeiro a dezembro de 2006, pela empresa Editora Revista Dos Tribunais, com fundamento no artigo 25, inciso I da supracitada Lei. (proc. IP. 2724/2006).

DIVISÃO DE BENEFÍCIOS

Despachos da Diretora, de 30-1-2006

Indeferindo por falta de amparo legal,a habilitação a pensão mensal de:

Pedro Pereira da Silva, por morte de Valdelucia Santos Vieira

Motivo: em face do decidido em caráter normativo nos autos do Processo IP-1526/95.

Bruno Ferreira de Oliveira, por morte de Jose Paes de Oliveira

Motivo: Teve cessada sua incapacidade civil, quando completou maioridade, nos termos do artigo 152,II da Lei Complementar 180/78.

Natalia Duque Cassiano, por morte de Maria Thereza Pichotano Duque

Motivo:A Habilitante á época do óbito, já havia cessado sua incapacidade civil,nos termos do artigo 153 da Lei complementar 180/78.

Eduiliu Calsavari, por morte de Maria Aparecida Pereira Calsavari

Motivo: em face do decidido em caráter normativo nos autos do Processo IP-1526/95.

Lais Maria Sampaio Cardozo, por morte de Evandro Sebastião de Almeida

Motivo: em razão da inexistência de Declaração de Vontade(§ 3º do artigo 149, da Lei Complementar 180/78), bem como a Decisão Normativa proferida nos autos do Processo IP-2726/88.

Paula Ventura Marcondes dos Santos, por morte de Sonia Maria Drumond

Motivo: Uma vez que não foi instituída beneficiária ao regime de pensão mensal, por meio de Declaração de Vontade e/ou Testamento,nos termos do art.153.da Lei Complementar 180/78.

Silvia Lucia Fé Jose,Luiz Fernando Rodrigues Ferreira e Ana Beatriz Rodrigues Ferreira, por morte de Sirzo Batista Ferreira

Motivo: Silvia Lucia Fé Jose ,(companheira),os documentos juntados não foram suficientes para comprovação de vida em comum,com relação ao ex-servidor,nos termos do artigo 147,IV da L.C.180/78.Quanto a Ana Beatriz Rodrigues Ferreira e Luiz Fernando Rodrigues Ferreira, por não ter o ex-servidor deixado Declaração de vontade e/ou Testamento em nome dos habilitantes, o que exige o artigo 153 do mesmo diploma legal ou seja L.C.180/78.

Maria Juliana de Conti, por morte de Delcisa Bongiovanni de Conti

Motivo: em razão da inexistência de Declaração de Vontade e/ou Testamento, nos termos do artigo 153 da L.C. 180/78.

Stella Nogueira Revoredo, por morte de Odayr Rubens Peres
Motivo: em razão da inexistência de declaração de vontade e/ou Testamento(§ 3º do artigo 149 da L.C. 180/78, bem

como a Decisão Normativa proferida nos autos do Processo IP-2726/88.

Julia Felipe Fischer da Cruz, por morte de Edith Almeida Fischer

Motivo: em razão da fragilidade de provas apresentadas, na comprovação da Dependência Econômica com relação ao ex-servidor, nos termos do artigo 152,II da L.C. 180/78.

Máthilde Blanca Jofre, por morte de Wilson de Camargo
Motivo: em razão da inexistência de declaração de vontade e/ou Testamento(§ 3º artigo 149 da L.C. 180/78).

Heitor Julio Barboza Saraiva, por morte de Hamilton Figueiredo Saraiva

Motivo: o Habilitante é portador de patologia , que não o invalida para manter sua subsistência, nos termos do artigo 147,II da L.C. 180/78.

Geni Tavares de Mello, por morte de Ruth de Godoy Mello Ogrisio

Motivo: Portadora de Patologia que não a invalida para sua subsistência, nos termos do artigo 147,II da L.C. 180/78.

Ester Marchioni Escobar, por morte de Hamilton Barbuto

Motivo: Os documentos juntados não são suficientes na comprovação de vida em comum, nos termos do artigo 147,IV da L.C. 180/78.

Maria Olivia Silva dos Santos, por morte de Sergio Luiz dos Santos

Motivo: em razão da inexistência de Declaração de Vontade e/ou Testamento (§ 3º do artigo 149 da L.C. 180/78, bem como a Decisão Normativa proferida nos autos do Processo IP-2726/88.

Maria Madalena dos Santos, por morte de Raimundo Ferreira de Lima

Motivo: Os documentos juntados não comprovam vida em comum, nos termos do artigo 147,IV da L.C. 180/78.

Carmella Izzo, por morte de Eduardo Gomes Lourenço

Motivo: em razão da inexistência da Declaração de Vontade e/ou Testamento (§ 3º do artigo 149 da L.C. 180/78), bem como a Decisão Normativa proferida nos autos do Processo IP-2726/88.

Ivete Gozzoli, por morte de Antonio Silveira Negreiros

Motivo: o ex-servidor faleceu no estado civil de casado, nos termos do inciso IV do artigo.I47 da L.C.180/78.

Elisabeth Ribeiro, por morte de Jose Matias da Costa

Motivo: Os documentos juntados não comprovam vida em comum, nos termos do artigo 147,IV da L.C. 180/78.

Benedita Maria da silva, por morte de Roberto Polano

Motivo: Os documentos juntados não comprovam vida em comum, não atendendo assim os requisitos contidos no artigo 147,IV da L.C. 180/78.

Ailin Julien Chang, por morte de Chang Cheu Shang

Motivo: a enteada do ex-servidor não foi instituída beneficiária através de declaração de Vontade e/ou Testamento, nos termos do artigo 150,§ § 1º e 3º da L.C. 180/78.